
ATA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAODINÁRIA DO SINASEFE SP

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, reuniram -se, em Assembleia, os servidores do Instituto Federal de São Paulo (vide lista de presença em anexo), para em conjunto tratar dos assuntos da pauta apresentados previamente na convocação. As pautas foram: informes, questão do Jurídico, Paralisação/Greve dia 04/04/2022. Sob a Coordenação do Prof. Rogério de Souza deu-se início à Assembleia, às 16:15. Informes dados: Araraquara está com um professor de português no Campus e o Diretor Geral resolveu realizar um convenio com a prefeitura contratando um servidor para dar as aulas, o que configura uma terceirização segundo o filiado Jurandir. Encaminhamento: Rogério sugeriu que este ponto seja um ponto de pauta na próxima AGE. Maíra informou que agora em maio teremos o Consinasefe e precisamos enviar 23 delegados até dia 14/04 e por isso, precisamos eleger uma Comissão eleitoral e propomos uma assembleia para o dia 05/04 com pauta única sobre o tema. Ailton pediu um esclarecimento sobre o processo das 30 horas para os TAES. Rogério de Souza fez um informe sobre a estadia em Brasília na semana passada e relatou sobre o assunto da Portaria 983 e trouxe informações sobre o terreno da Sede a ser cedido para o Sinasefe. Tatiane pediu esclarecimento sobre estas subcontratações que estão ocorrendo em alguns campos e que se trate do assunto na pauta da greve. Graziela informou sobre as reuniões ocorridas com a reitoria sobre as 30 horas para os TAES. A reitoria sempre diz que estão estudando e se empenhando sobre este assunto. Graziela informou que protocolou ofício solicitando agilidade. Prof. Marcio informou sobre os movimentos Fora Bolsonaro, chamado pelos movimentos sociais, sindicais e políticas. Encerrado os informes, deu-se início a exposição do primeiro ponto, feita pelo prof. João Pacheco, Coordenador Financeiro do Sinasefe, sobre o processo de Tomada de Preços dos Escritórios Jurídicos para a efetuação do contrato do Escritório Jurídico. Tal apresentação segue gravada na página do Sinasefe no Youtube. O professor Márcio pontou sobre o atual escritório que solicitou um aumento para 15.000,00 (quinze mil reais), um dos motivos que levou ao processo da tomada de preços, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária. A comissão escolheu o Escritório Marcos Rogério pela série de diferenciais frente aos outros escritórios. O professor Rogério pediu para que a comissão tratasse do processo de transição da troca do escritório. O prof. Jurandir pediu esclarecimentos sobre os critérios e os pesos utilizados para a escolha do escritório escolhido. O professor João Pacheco explicou que não teve um peso no sentido de preço, mas uma avaliação técnica e de qualidade. A Denilza falou que o processo o critério da razoabilidade para efetuar a escolha. A professora Sonia pediu esclarecimento sobre o processo de acesso aos escritórios, se houve um edital aberto

para a chamada e seleção dos escritórios. E o Prof. Marins questionou se houve preocupação com os advogados que vão atender se são experientes e não estagiários. Pacheco respondeu que constará no contrato um artigo que trate da questão dos atendimentos por parte de advogados experientes e não estagiários. Com relação a publicização do edital de chamada no caso do sindicato isso não cabe por não sermos uma instituição pública. E o contato com os escritórios que enviaram sua proposta se deu por pesquisa com outros sindicatos. O Prof. Vieira questionou a não escolha por parte da comissão do Escritório atual haja vista o processo que ele ganhou. Rogério explicou que para além da causa ganha pelo escritório, os critérios técnicos, políticos e sindicais deixam a desejar por parte deste atual escritório. O prof. Christian (campus Barretos) parabenizou a comissão e a funcional pelo processo realizado. O prof. André (campus Guarulhos) parabenizou também a comissão pelo processo de escolha do novo escritório e por ter trazido para a base aquilo que discricionariedade cabe a Funcional, mas esta fez questão de ser democrática no processo. A Denilza trouxe a questão de que o critério sempre foi objetivo e não subjetivo ou personalista. Falou também que os escritórios passem por avaliação permanente. O senhor Odilon (filiado aposentado) pediu esclarecimento sobre as ações em curso ou ganhas se elas sofrerão alguma perda. Marcio explicou que as transições são normais e não haverá prejuízo nenhum em nenhum dos processos. Denilza salientou que os escritórios consultados trataram deste tema e que é normal entre os escritórios trocarem e assumirem os processos em vigência. Findado o ponto de pauta, passou-se para o ponto seguinte que é a paralisação do dia 04/04/2022. Márcio expôs que algumas categorias já estão se posicionando e firmes na paralisação. Esta construção está sendo construída coletivamente pelos sindicatos federais em prol do reajuste de reposição salarial dos servidores federais. E que tal reajuste só ocorrerá com a participação de todos, que envolvendo-se, coletivamente, na construção de uma greve por tempo indeterminado. Rogério falou que os 19,99% do reajuste exigido agora é só do governo Bolsonaro. Contando com os outros governos anteriores a reposição salarial é de quase 60%. A luta é para que a equiparação salarial seja realizada. A Graziela, Coordenadora para Assuntos dos Técnicos Administrativos, salientou que estando na Jornada de Lutas em Brasília, juntamente com a Companheira Maria Amélia e a Gisele, e que será possível, segundo a percepção dos ânimos, que haverá a construção de greve por tempo indeterminado. Jurandir expôs que entendeu que começaríamos uma greve e não paralisação no dia 04/04 e que estamos atrasados para a viabilização da greve. Rogério expôs sobre a dificuldade encontrada nos campi espalhados por todo o país, uma vez que com a pandemia, trabalho remoto, houve uma desmobilização por parte da categoria. Fernando (coordenador de Comunicação) falou da importância de ir à Base, independente dos materiais impressos ou sua falta

(faixas, pôsteres, cartazes, etc.) não é motivo para a inação da categoria e da coordenação de base. O Prof. Christian falou da possibilidade de fazer uma greve robusta apesar dos prazos exíguos para o alcance dos 19,99%, uma vez que após o dia 04/04, o valor a ser liberado será de 10,9%. A profa. Tatiany mostrou preocupação com o ponto eletrônico e a entrega destes dados ao Ministério da Economia e, então, solicitou ao Sinasefe para cuidar desta questão. Maíra sugeriu, a partir da percepção da dificuldade em construir uma greve por tempo indeterminado, e que centremos força num ato em São Paulo, fortalecendo o ato da Capital. Marcio, em complemento à fala da Maíra, fecha com a proposta de centrar força no ato em São Paulo. Paulo Frederico (Campus Avaré) reforça a proposta da Maíra. Natalia (Campus...) solicitou mais informações sobre o ato de São Paulo, quem está chamando, por exemplo. Jurandir reforçou a importância dos materiais impressos para a construção da greve, pois eles agitam a categoria. E sugere que sejam realizadas assembleias de campus na semana que vem e com indicativo de greve a partir do dia 11/04. O professor Rogério esclareceu sobre o Controle (ponto eletrônico), e falou que a reitoria abriu, depois de muita cobrança, o diálogo e estamos de olho sobre o tema e preparados para entrar com uma ação judicial, porém, até o presente momento, a reitoria não trouxe nenhuma informação ao sindicato. Rogério destacou as duas propostas apresentadas: **centrar esforços no dia 04/04, fazendo agitações nos campi e realização de assembleias nos campi na semana que vem com indicativo de greve para o dia 11/04**, as quais foram aprovadas pelos participantes na Assembleia por 24 votos a favor, 2 votos não e 3 abstenções. Nada mais havendo a tratar eu, Marival Balduino Santana lavro a presente ata que segue assinada por mim).

Marival Balduino de Santana